A POSSE E O PORTE DE ARMA DE FOGO E SUA REPERCUSSÃO NO NÚMERO DE MORTES

Paulo Rogério de Souza GARCIA

GARCIA, Paulo Rogério de Souza. **A posse e o porte de arma de fogo e sua repercussão no número de mortes.** Projeto de investigação científica, do Curso de Direito – Centro Universitário Fibra, Belém, 2023.

A pesquisa realizada diz respeito à posse e ao porte de arma de fogo e sua repercussão no número de mortes à bala, no contexto da Lei 10.826/03, de 2019 a 2022, período que considera a flexibilização do controle de armas no Brasil. O tema justifica-se pela necessidade de se analisar o fato de a referida lei ter sido criada com o intuito de controlar o uso de arma de fogo, de modo geral, e o que mudou em termos legais, após mais de 20 anos de sua vigência, bem como qual a sua eficácia no combate à criminalidade, especialmente aquela que viola a vida e a saúde das pessoas. Ganha relevo porque seu estudo pode servir de referência para formação de políticas públicas e ser fonte de futuras pesquisas. Tendo em vista o principal propósito da pesquisa, investigar a posse e o porte de arma de fogo e sua repercussão nos índices de

mortes à bala no Brasil, no período de 2019 a 2022, analisou-se a regulamentação da referida lei; em seguida, discorreu-se sobre o período de flexibilização, com foco no aspecto normativo e na eficácia das normas; e, por fim, investigou-se uma possível correlação entre o número de mortes à bala e o número de armas de fogo na fase de flexibilização. O estudo se insere na linha de pesquisa *Responsabilidade social e cultural*, seguida pelo Centro Universitário Fibra. O método foi zetético empírico aplicado à criminologia, partindo-se do sistema jurídico brasileiro, passando pela política criminal e finalizando com seus reflexos na sociedade. Os dados normativos foram coletados no Portal do Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal Federal (“gov.br” e “jus.br”). Os dados sobre armas de fogo foram extraídos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP), publicados no Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), nas edições de 2022 e 2023. Os dados sobre mortalidade foram retirados da Plataforma digital “Ipea-Tabnet/Datasus”. Os dados da população foram coletados do Censo de 2022 do IBGE. Com relação às mortes à bala, consideraram-se os “Óbitos por arma de fogo” (códigos X93 a X95, Y35, X72-X74, do CID 10) causadas por disparos intencionais ou não, incluídos os suicídios. Foi preciso investigar a redução das mortes por arma de fogo em 2019,

com base nas “Mortes violentas por Causa Indeterminada” (CID-10: Y10-Y34), para se esclarecer o valor estatístico aberrante daquele ano. Não foi necessária a submissão da pesquisa ao Comitê de Ética e Pesquisa por seu espaço de reflexão ser o contexto da eficácia do ordenamento jurídico brasileiro, não havendo intervenção direta na vida e na saúde de seres humanos. O questionamento que deu ensejo à pesquisa foi: Qual a correlação entre o número de morte por arma de fogo e o número de armas no Brasil? E a hipótese elaborada foi: O número de armas de fogo influencia no número de mortes. Os resultados da pesquisa são fruto da investigação feita sobre os seguintes aspectos: a) Lei 10.826/03 nos últimos 20 anos, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição; o Sistema Nacional de Armas (Sinarm); crimes; o Estatuto do Desarmamento (ED), de 01 de julho de 2004; e os mais de 40 atos normativos publicados, de 2019 a 2022, que fragilizaram o controle de arma. b) Flexibilização da Lei 10.826/03 entre 2019 e 2022, analisada com base nas variáveis: critérios para aquisição e registro de arma de fogo de uso permitido etipo e quantitativo de armas de fogo, munição e acessórios. c) Análise descritiva dos registros de armas de fogo no Brasil entre 2008 e 2022, considerando registros entre 2019 e 2022, por categoria e por Estado. d)

Análise descritiva das mortes por arma de fogo no Brasil entre 2003 e 2022. Para análise da política criminal, dividiu-se a série histórica por período de 4 anos, com a finalidade de avaliar a gestão de cada governo com relação ao número de mortes por armas de fogo. Como de 2018 para 2019 se verificou a maior redução nas mortes à bala de toda série histórica, passou-se a investigar a veracidade desse fenômeno sobretudo porque o ano de 2019 se insere no foco principal do estudo, que é de 2019 a 2022. Na análise e discussão dos dados e resultados, procedeu-se ao teste paramétrico de Correlação linear de *Pearson* para se verificar o grau de associação entre variáveis “armas” e “óbitos”. Observou-se que não há relação de dependência entre mortes (X) e armas de fogo (Y) ou das armas de fogo (Y) sobre as mortes (X). Fez-se também o teste de Regressão Linear para se avaliar o grau de dependência entre óbitos (variável dependente) e armas (variável independente). O estudo mostrou dois modelos de política acerca das armas de fogo entre 2003 e 2022, período marcado pela vigência do ED; que a mortalidade por arma de fogo é mais atenuada pela política de controle do que pela política de liberação; que o uso de arma por civis não reduziu a criminalidade e a violência a patamares significativos, mesmo com o grande arsenal em circulação, entre 2021 e 2022; que o

arsenal pertencente a civis superou o arsenal de pessoas ligadas à segurança pública e ao serviço público (não contabilizadas as armas institucionalizadas); que o segmento com mais armas são os caçadores, atiradores e colecionadores; e que o arsenal civil se concentra nas regiões Centro-Oeste e Sul do país e criou o risco de sua migração para a criminalidade, além do risco de violência política e outras formas de violência face os conflitos sociais. Considera-se, portanto, que controlar as armas de fogo é o melhor caminho para manter o Estado Democrático de Direito, a segurança pública e a segurança nacional. Visto de outro modo, a campanha de desarmamento e o programa de recompra de armas se mostraram eficazes até 2010. Em 2005, embora o povo brasileiro tenha optado pela permissão do comércio de arma de fogo e munição, o Referendo colocou em pauta a discussão do tema; a percepção popular, ultimamente, tem-se mostrado favorável ao controle de armas. Outras medidas contribuem para o enfrentamento do problema como educação pela paz e pela tolerância, políticas de conciliação e mediação, combate à drogadição, ao racismo e ao feminicídio. No decorrer da pesquisa, sentiu-se a dificuldade em se obterem dados de modo que se sugerem estudos específicos sobre os sistemas de controle de armas e o sistema de

informação sobre mortalidade. Os relatórios do tribunal de contas da União são uma excelente fonte de pesquisa para quem deseja pesquisar sobre os sistemas de controle de armas quanto à interoperacionalidade dos órgãos. Já os estudos do Fórum Brasileiro de Segurança Brasileira são a melhor opção para coletar dados sobre criminalidade, violência, arma de fogo, mortalidade e segurança pública.

REFERÊNCIA

_____. Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. **Texto compilado**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm>. Acesso em: 02 mar.2023.